
***Central Eólica
Babilônia I S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Babilônia I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Babilônia I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Babilônia I S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

Central Eólica Babilônia I S.A.

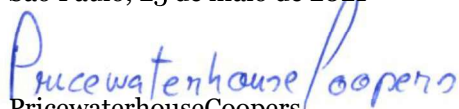
internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Balancos Patrimoniais findo em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.930	3.852
Concessionárias	9	3.131	5.007
Impostos a compensar	10	3	-
Cauções e depósitos vinculados	12	-	662
Despesas pagas antecipadamente		354	73
		19.418	9.594
Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados	12	5.216	6.787
Imobilizado	13	163.364	169.112
		187.998	185.493
Total do ativo			
Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	14	1.743	408
Impostos a pagar	10	348	405
Outros impostos a pagar	10	152	-
Dividendos a pagar	18	-	1.197
Empréstimos e financiamentos	15	5.416	4.761
Partes Relacionadas	11	383	-
Outras contas a pagar	17	-	-
		8.043	6.771
Não Circulante			
Fornecedores	14	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	114.044	119.250
Provisões	16	622	561
Outras contas a pagar	17	6.813	3.209
		121.480	123.020
Patrimônio líquido			
	18		
Capital social		50.702	51.860
Reserva de capital			
Reserva Legal		449	252
Reservas de lucros		7.325	3.590
		58.475	55.702
Patrimônio líquido		187.998	185.493
Total do passivo e patrimônio líquido		187.998	185.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	19	26.701	29.019
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(1.269)	(1.212)
Custo de operação	20		
Materiais e serviços de terceiros		(3.330)	(3.834)
Depreciações e amortizações		(5.787)	(5.849)
Outros custos de operação		(1.038)	(802)
Lucro bruto		15.277	17.322
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.410)	(169)
Outras Despesas e Receitas operacionais	20	1.362	
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		15.229	17.153
Resultado financeiro	21	(9.950)	(10.568)
Receitas financeiras		210	149
Despesas financeiras		(10.161)	(10.717)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.278	6.585
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(1.347)	(955)
Resultado líquido do exercício		3.931	5.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	3.931	5.630
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.931</u>	<u>5.630</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	37.232	-	-	(591)	36.641
Aumento de capital com AFAC conf AGE	14.628	-	-	-	14.628
Lucro do exercício	-	-	-	5.630	5.630
Constituição de reserva legal	-	252	-	(252)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.197)	(1.197)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.590	(3.590)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2019	51.860	252	3.590	0	55.702
Distribuição de Dividendos	(1.158)	-	-	-	(1.158)
Lucro do exercício	-	-	-	3.931	3.931
Constituição de reserva legal	-	197	-	(197)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(934)	(934)
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.801	(2.801)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.702	448	6.391	0	57.542

Demonstrações de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.278	6.585
Depreciação	5.787	5.849
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos	8.705	10.642
Juros provisão para desmantelamento	61	61
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	3.736	501
	<u>23.567</u>	<u>23.638</u>
Varição em:		
Concessionárias	1.876	(357)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	57
Despesas pagas antecipadamente	(281)	(72)
Fornecedores	1.335	(15.682)
Impostos a pagar	108	-
Outros impostos a pagar	-	(2)
Partes Relacionadas	383	-
Outras contas a pagar	(132)	(1.693)
	<u>26.856</u>	<u>5.889</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros pagos	(8.759)	(5.915)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.363)	(779)
	<u>16.735</u>	<u>(805)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(6.662)
Cauções e depósitos vinculados	2.233	(7.449)
Adições ao imobilizado	(39)	(1.161)
	<u>2.194</u>	<u>(15.272)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de Dividendos	(1.197)	14.628
Adiantamento para futuro aumento (redução) de capital	(1.158)	-
Custo de transação e amortização do principal de empréstimo	(4.496)	(3.122)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	5.186
	<u>(6.852)</u>	<u>16.692</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	<u>12.078</u>	<u>615</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.852	3.237
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>15.930</u>	<u>3.852</u>
	<u>12.078</u>	<u>615</u>

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Eólica Babilônia I S.A. (“Companhia” ou “Babilônia I”), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 10 de março de 2011, controlada da Babilônia Holding S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Babilônia I, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua São Tomé, 86, 8ª andar, Sala 2, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Alteração de Controle Acionário

Em 11 de fevereiro de 2020, foi concluída a aquisição das Eólicas Babilônia da EDP Renováveis pelo Grupo Actis.

1.1 Autorização do Parque Eólico Babilônia I

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 14,7 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio do projeto de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, localizado no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Constituída de 13 Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 27.300 kW de capacidade instalada e 15.400 kW médios de garantia física de energia.

Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.714, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia I para início de operação comercial.

A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018.

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	28	15,4	11/07/2016	11/07/2051

COVID - 19 – Coronavírus –Impactos para a Companhia

Companhia desde fevereiro de 2020 vem monitorando e acompanhando os impactos do COVID-19 semanalmente em seus negócios e mercado de atuação, além de analisar de forma contínua a adoção de medidas necessárias para a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. As primeiras ações foram diretamente direcionadas à saúde e segurança dos funcionários da operação, fornecedores terceirizados e das comunidades localizadas nas

suas zonas de influência. Foi efetuada a disponibilização de recursos voltados a prevenir a disseminação do COVID-19, restringidas as viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas aos parques, adoção de home office para determinado grupo de empregados, etc.

Destacamos que a receita da Companhia vem integralmente do mercado de energia regulado na modalidade contrato de energia de reserva não tendo exposição ao mercado livre de energia..Não houve impactos financeiros na Companhia em função do COVID-19

Constrained-off

Em 2019, a ANEEL instaurou a audiência pública nº 034 para tratar da regulamentação referente aos procedimentos e critérios para apuração do montante e respectivo ressarcimento em decorrência de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas conectadas em rede básica ou DIT e que são despachadas centralizadamente ou parte de conjuntos de usinas consideradas na programação da operação. Simultaneamente, estabeleceu à CCEE a suspensão dos ressarcimentos estabelecidos em contratos de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (CCEAR) e na contratação de energia de reserva (CER) apurados a partir de agosto de 2019, relativos a usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de constrained-off à ANEEL, como consubstanciado no Despacho nº 2.303, de 20 de agosto de 2019 (Despacho). O Despacho não trata, porém, das usinas que não possuem os referidos contratos.

Em outubro de 2020, a Aneel publicou Nota Técnica com a análise das contribuições e nova minuta de normativa, na qual estabelece que somente os eventos de restrição por constrained-off ocorridos a partir do 7º mês civil após a publicação da normativa estarão submetidos ao novo regramento, excluindo os casos sobrestados referentes às usinas com contratos tanto no ambiente regulado quanto no livre. A regulamentação está prevista para o 1º semestre de 2021, de acordo com a Agenda Regulatória 2021/2022 da ANEEL.

A Companhia faz parte dos casos sobrestados na Aneel cujos ressarcimentos referentes ao CER encontram-se suspensos nos termos do referido Despacho. Não houve impactos nas Demonstrações Financeiras de 2020. Todas as provisões foram feitas dentro do período e o desconto das penalidades aconteceria apenas em Janeiro de 2021.

2 Base de preparação

2.1 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de maio de 2021.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das regras contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação do vida útil, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº13)

- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº16)

5 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os mecanismos anuais e quadrienais, são detalhados na nota explicativa nº9.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual média é de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

h. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23.

k. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

l. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do período, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

• **Receita operacional líquida**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

• **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

n. Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou

tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 23.1.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”**: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos da Companhia vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.
- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um

contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7 Gestão De Riscos Do Negócio

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis, com sede em Londres.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	149	403
Aplicações Financeiras - renda fixa	<u>15.780</u>	<u>3.449</u>
	<u>15.930</u>	<u>3.852</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação e centralizadoras. As contas centralizadoras recebem as receitas dos contratos de venda de energia, que são utilizadas para pagamento de dívidas e, caso necessário, complementação de saldo mínimo de contas reservas das dívidas. Os valores remanescentes, são transferidos para as contas de livre movimentação.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº23).

9 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue:

Concessionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CCEE	428	455
CER	2.703	4.552
	<u>3.131</u>	<u>5.007</u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica

** Contrato de energia de reserva

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo era composto pelos seguintes valores e que não constituem Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD): R\$ 428 (14%) para Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, referente às receitas da operação em teste e que são recebidas mensalmente em pequenas parcelas; R\$ 2.703 (86%) pelo contrato bilateral de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CCEE – CER.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer		
Até 60 dias	2.703	4.552
Mais de 60 dias	428	455
	<u>3.131</u>	<u>5.007</u>

Os contratos do CER, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a ótica de quatro cenários, conforme segue.

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% e 100%	Não gera ressarcimento anual e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento valorado a 70% do preço de CER

Os déficits de geração anual são cobrados no ano subsequente à contabilização da CCEE (2021) e os déficits ou saldos positivos das apurações quadrierais serão cobrados no final do primeiro quadriênio em 2023.

10 Impostos

Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2020
Ativos Compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	3	3	(3)	-	3
	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
Passivo - a recolher					
Imposto de renda e contribuição social	274	1.343	(1.363)	-	255
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	2	-	-	2
PIS e COFINS	78	781	(724)	-	134
ISS	2	9	(2)	-	9
PIS, COFINS e CSLL - Serviços	48	357	(333)	-	72
IRRF - Serviços	1	15	(6)	-	10
Outros	5	25	(13)	-	17
	<u>408</u>	<u>2.533</u>	<u>(2.440)</u>	<u>-</u>	<u>500</u>

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2019
Ativo - Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	55		-	(55)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	2	16	-	(15)	3
Total	57	16	-	(70)	3
Circulante	57				3
	<u>57</u>				<u>3</u>
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2019
Passivo - a recolher					
Imposto de renda e contribuição social	111	955	(779)	(13)	274
ICMS sobre diferencial de alíquota	1	14	(15)	-	0
PIS e COFINS	115	1.099	(1.080)	(56)	78
ISS	2	117	(117)	-	2
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1	116	(69)	-	48
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	1	6	(6)	-	1
Outros		55	(50)	-	5
Total	231	2.362	(2.116)	(69)	408
Circulante	231				408
Total	231				408

11 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Passivo		Despesas no exercício	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	Babilônia Holding	379	-	(379)	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	Astic IE	4	-	(4)	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (b)	EDP Renováveis Brasil	-	113	-	(729)
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (c)	EDP Energias do Brasi	-	15	-	(71)
		<u>383</u>	<u>128</u>	<u>(383)</u>	<u>(800)</u>

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

- (a) A Central Eolica Babilonia I é subsidiária integral da Babilonia Holding, que por sua vez é subsidiária integral da Astic IE e desenvolvem atividades complementares, que exigem coordenação e empenho em comuns. As empresas, por meio do Acordo de Divisão de Custos e Rateio de Despesas, compartilham estrutura, recursos humanos e determinados contratos necessários para o exercício de suas atividades.
- (b) Em 2019, enquanto a Companhia era da EDPR, havia compartilhamento de custos com a EDP Renováveis Brasil, ex-controladora da Companhia, e responsável pelos antigos

Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

- (c) Em 2019, enquanto a Companhia era da EDPR, havia o Contrato de monitoramento de operação do parque eólico com a EDP PCH de monitoramento remoto do parque eólico, corrigido anualmente pelo IPCA.

11.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Babilônia Holding S.A. a controladora direta é a Astic IE Participações S.A.

11.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não possui pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Babilônia I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Babilônia Holding S.A. através de compartilhamento de custos conforme nota explicativa nº 11.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

12 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cauções e depósitos vinculados empréstimos	-	-	4.058	6.787
Cauções e depósitos vinculados debêntures	-	662	1.158	-
	-	662	5.216	6.787

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. Em função da Companhia não ter o controle dessas contas, foram classificadas como não circulante.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$5.216 foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média a taxa média de 84% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

13 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Máquinas e equipamentos	3,00%	175.480	(12.118)	163.361	175.441	(6.332)	169.109
Móveis e utensílios	20%	4	(2)	2	4	(1)	3
Total do imobilizado		175.484	(12.120)	163.364	175.445	(6.333)	169.112

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço				
Geração				
Máquinas e equipamentos	169.109	39	(5.786)	163.362
Móveis e utensílios	3	-	(1)	2
Total do imobilizado em serviço	169.112	39	(5.787)	163.364
Total do imobilizado	169.112	39	(5.787)	163.364

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	173.796	1.161	(5.848)	169.109
Móveis e utensílios	4	-	(1)	3
Total do imobilizado em serviço	173.800	1.161	(5.849)	169.112
Total do imobilizado	173.800	1.161	(5.849)	169.112

Em 23 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.713, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia I para início de operação comercial.

A Companhia efetuou a análise de Impairment para 2020 e não há evidência de perda no valor recuperável.

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso da rede elétrica	17	3
Partes relacionadas	-	15
Materiais e serviços	1.726	390
Total	1.743	408

O saldo dos fornecedores teve aumento em comparação a 2019, pois as notas recebidas em dezembro de 2020 pelo fornecedor de O&M WTG foram pagas apenas em janeiro de 2021.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do Contrato	Custo da Dívida	Forma de pagamento	31/12/2020				31/12/2019			
							Encargos		Principal		Encargos		Principal	
							Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional														
BNDES	114.800	25/09/2017	117.868	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Princial e Juros mensais	348	5.068	114.824	120.241	402	4.359	120.145	124.906
BNDES - custo de transação						Amortização mensal			(780)	(780)			(895)	(895)
							348	5.068	114.044	119.461	402	4.359	119.250	124.011

15.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Princial	4.359	-	-	-	5.320	(4.612)	5.068
Juros	402	-	(8.759)	8.705	-	-	348
	4.761	-	(8.759)	8.705	5.320	(4.612)	5.415
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Princial	120.145	-	-	-	(5.320)	-	114.824
Custo de Transação	(895)	115	-	-	-	-	(780)
	119.250	115	-	-	(5.320)	-	114.044
Valor líquido em 31/12/2018							
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Princial	4.264	-	-	-	3.120	(3.025)	4.359
Juros	1.196	-	(5.915)	-	5.121	-	402
	5.460	-	(5.915)	-	8.241	(3.025)	4.761
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Princial	112.682	5.186	-	10.519	(8.242)	-	120.145
Custo de Transação	(922)	(97)	-	123	1	-	(895)
	111.760	5.089	-	10.642	(8.241)	-	119.250

15.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

<u>Vencimento</u>	<u>Nacional</u>
<u>Não circulante</u>	
2022	5.425
2023	5.806
2024	6.214
2025	6.651
2026	7.118
2027 até 2030	33.842
2031 até 2035	49.769
Total	<u>114.824</u>

Em 25 de setembro de 2018 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do empréstimo, no valor total de R\$114.800. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Babilônia I, localizado nos municípios de Morro do chapéu, estado da Bahia. A remuneração do empréstimo é de TJPL mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo que a primeira parcela, em 15 de junho de 2019, finalizando em 15 de maio de 2035.

15.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

15.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão exigidas somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado saldo disponível de reserva serviço de dívida das debêntures no valor necessário para perfazer o montante equivalente à próxima prestação dos serviços da dívida das debêntures;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

A Companhia atendeu plenamente à todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2020.

16 Provisão para desmantelamento

	Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Desmantelamento	622	561
Total	622	561

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	Desmantelamento
Saldo em 31/12/2019	561
Juros	61
Saldo em 31/12/2020	622

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Babilônia I está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 16).

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

17 Outras contas a pagar – Passivo

	Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Credores diversos	6.813	3.209
Total	6.813	3.209

O saldo de R\$ 6.813 (2019 R\$ 3.096) no passivo na rubrica de credores diversos - Concessionárias refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a CCEE, conforme as regras indicadas na nota explicativa nº9 , esse contrato tem a seguinte característica; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado. Os valores devidos na apuração quadrienal podem variar positiva ou negativamente, em função de mais ou menos energia entregues anualmente durante os anos do quadriênio.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2020 totalmente integralizado é de R\$ 50.702 (2019 51.860) O capital social é composto de 53.849 (2019 53.849)ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações Nominativas		
	31/12/2020	31/12/2019	%
Babilônia Holding S.A.	53.849	53.849	100%
Total	53.849	53.849	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

18.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas

de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do período	3.931	5.630
Prejuízo acumulado anos anteriores	-	(591)
	<u>3.931</u>	<u>5.039</u>
Constituição de reserva legal - 5% (i)	(197)	(252)
Lucro acumulado	<u>3.735</u>	<u>4.787</u>
Destinação do lucro	3.735	4.787
Dividendo mínimo obrigatório	934	1.197
Reserva de retenção de lucros (ii)	2.801	3.590

(i) **Reserva de lucros - legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 197 a título de reserva legal.

(ii) **Reserva de lucros - retenção de lucro**

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender à potenciais contingências ou eventos incertos no futuro.. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o montante de R\$ 2.801.

19 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Faturada	31.490	30.586
(-) Ajuste Financeiro Energia Não Entregue	(3.736)	(467)
Receita operacional bruta	27.754	30.119
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.053)	(1.099)
Receita Operacional Líquida	26.701	29.019
MWH - gerado / comercializado	117.524	131.052

20 Gastos operacionais

	31/12/2020					31/12/2019				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	1.269	-	-	-	1.269	1.212	-	-	-	1.212
	1.269	-	-	-	1.269	1.212	-	-	-	1.212
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	3.959	-	-	3.959	-	3.043	-	-	3.043
Compartilhamento de custo	-	-	-	-	-	-	791	-	-	791
Depreciação	-	5.787	-	-	5.787	-	5.849	-	-	5.849
Aluguéis e arrendamentos	-	408	-	-	408	-	576	-	-	576
(Ganhos) / Perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	(1.362)	(1.362)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1.410	-	1.410	0	226	169	-	395
	-	10.155	1.410	(1.362)	10.203	-	10.485	169	-	10.654
Total	1.269	10.155	1.410	(1.362)	11.472	1.212	10.485	169	-	11.866

Em ganhos de alienação de bens e direitos há o recebimento do seguro de lucros cessantes em função da substituição de um transformador da sub-estação coletora do complexo em abril de 2020 (equipamento foi substituído em garantia pelo fornecedor).

21 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	79	113
SELIC sobre tributos	7	-
Juros recebidos contas a receber	124	36
	<u>210</u>	<u>149</u>
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(1)	(3)
Encargos de dívidas	(9.970)	(10.519)
Comissões sobre financiamento	-	(123)
Ajuste a valor presente	(61)	(61)
Outras despesas financeiras	(129)	(11)
	<u>(10.161)</u>	<u>(10.717)</u>
Total	<u>(9.950)</u>	<u>(10.568)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social corrente

	2020			
	Base	IRPJ	CSLL	Total
Receita	27.754	(333)	(300)	(633)
Rendimento de Aplicações Financeiras	210	(32)	(19)	(50)
Ganho de alienação de bens e direitos Adicional de Imposto de Renda	1.362	(204)	(123)	(327)
		<u>(337)</u>	<u>-</u>	<u>(337)</u>
		<u>(906)</u>	<u>(441)</u>	<u>(1.347)</u>
	2019			
	Base	IRPJ	CSLL	Total
Receita	30.119	(579)	(325)	(905)
Rendimento de aplicações financeiras	149	(37)	(13)	(51)
		<u>(617)</u>	<u>(339)</u>	<u>(955)</u>

23 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em

acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à Microsoft Dynamics Navision.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

23.1 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 15, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2020 (CDI 2,75% a.a., TJLP 4,55% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução / elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação do Índice em 25%	Elevação do Índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicações Financeiras CDB (*)	CDI	15.780	408	510	612
Cauções e depósitos vinculados (*)	CDI	5.216	135	169	202
Subtotal		20.996	543	678	814
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP + 2.48%	(120.233)	(7.923)	(9.903)	(11.884)
Subtotal		(120.233)	(7.923)	(9.903)	(11.884)
Variação		(99.236)	(7.380)	(9.225)	(11.070)

(*) As aplicações financeiras tem uma remuneração média de 94% do CDI

23.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa nº 15.

Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 15. Até 31 de dezembro de 2020 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, a Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº8) e Cauções e Depósitos Vinculados (nota explicativa nº12). A Companhia em 31 de dezembro de 2020 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 24) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão

considerados os fluxos de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	1.743	1.743	1.743				
Empréstimos e Financiamentos	119.461	120.233	1.354	4.062	5.425	18.671	90.721
Provisão de Desmantelamento	622	15.110					15.110
Total	121.825	137.085	3.097	4.062	5.425	18.671	105.831

23.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa”, “Caução e Depósitos Vinculados” e “Concessionárias”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2020 é:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.930	3.852
Concessionárias	3.131	5.007
Caução e Depósitos Vinculados	5.216	7.448
Total Exposição	24.277	16.307

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

23.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2: são técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Informações de Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	custo amortizado	Nível 2	149	403
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	custo amortizado	Nível 2	15.780	3.449
Cauções e Depósitos Vinculados	12	custo amortizado	Nível 2	-	662
Não Circulante					
Cauções e Depósitos Vinculados	12	custo amortizado	Nível 2	5.216	6.787
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	14	custo amortizado	Nível 1	1.743	408
Empréstimos e Financiamentos	15	custo amortizado	Nível 2	5.416	4.761
Outras Contas a Pagar	17	custo amortizado	Nível 1	-	-
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	14	custo amortizado	Nível 2	114.044	119.250
Outras Contas a Pagar	17	custo amortizado	Nível 1	6.813	3.209

Os empréstimos e financiamentos do BNDES não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo		
Moeda Nacional		
Instituição Financeira		
BNDES	Nível 2 119.461	124.011
Total	119.461	124.011

24 Compromissos contratuais e Garantias

24.1.1 Responsabilidades com locações operacionais

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 42 anos e poderão ser renovados por períodos sucessivos de 22 anos. O pagamento tem como base 1,5% da receita líquida dividido pelo número total de aerogeradores da Usina Eólica e multiplicado pelo número de aerogeradores efetivamente instalados em cada área arrendada.

24.1.2 Obrigação de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

24.1.3 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de outubro 2038. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

24.2 Garantias

<u>Tipo de Garantia Oferecida</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Penhor de Ações (a)	53.849	56.704
Fiança Bancária (b)	184	191

- (a) Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as SPEs, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das SPEs, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

25 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Atualmente, todos os assuntos ambientais estão em conformidade com as condicionantes da Licença de Operação. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental, em milhares de reais, acumulados até 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 343 (2019 R\$246) relativos a gestão ambiental da operação para atendimento das condicionantes da Licença de Operação.

26 Provisão para riscos trabalhistas tributários e cíveis

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como possível e ou provável.

27 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação de suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado em 31/12/2020
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	822.254
Responsabilidade Civil	Geral	40.000
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	Geral	15.000

28 Eventos subsequentes

Novas regras eventos constrained off

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou em 22 de março de 2021, a resolução normativa que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. A resolução determina que para os eventos ocorridos até setembro de 2021, no Ambiente de Comercialização Regulada, será aplicada regra de transição já utilizada na análise de casos concretos. Para os casos que ocorrerem a partir de outubro de 2021, foi definida nova metodologia. Essa nova metodologia (a ser aplicada apenas para as situações que ocorrerem a partir do segundo semestre de 2021) estabelece que o pagamento de restrições de operação às eólicas será feito somente quando a taxa de indisponibilidade ultrapassar 78 horas por ano. Esse valor é uma média móvel de cinco anos, que deverá ser atualizada futuramente pelo Operador Nacional do Sistema.

* * *

Davi Carvalho Mota
Diretor

Ruy de Sousa Pereira Lima
Diretor

Caroline Rodrigues Braz
Contador CRC: 1SP324789/O-9